



INFORMAÇÃO

PRODUZIDO PELA EJUD8
Nº 02 - JUNHO/2017

TRT FAZ AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR REFORMA

Com o objetivo de debater os impactos das alterações nas leis trabalhistas, foi promovida, dia 09 de junho, sob a organização da Escola Judicial, do TRT8, audiência pública sobre a reforma trabalhista (PLC Nº 38/2017), que tramita no Congresso Nacional. Mais de 70 pessoas compareceram ao tribunal para discutir sobre os pontos da reforma.

comitê Interinstitucional Define Ações para Divulgação e Entrega do Consenso de Belém

O documento intitulado "Consenso de Belém" redigido por representantes de diversas entidades que participaram da audiência pública expõe as principais conclusões acerca do debate a serem encaminhadas aos senadores da República do Pará e do Amapá e ao presidente do Senado Federal.

Para o desembargador do Trabalho Gabriel Napoleão Velloso Filho, diretor da Escola Judicial do TRT8, "precisamos aumentar a discussão e ter uma discussão qualificada, com a presença da comunidade acadêmica, juizes do trabalho, procuradores, advogados, sociedade civil, sindicatos e entidades que cuidam dos direitos sociais para que nós tenhamos, enfim, uma legislação social que corresponda aos anseios da sociedade brasileira", conclui.

Em resumo, o documento coloca que "ao invés de estimular a produção de emprego e a atividade empresarial, o resultado imediato da aprovação da proposta será o aumento do desemprego e a precarização das relações de trabalho, com redução da renda, quebra do mercado interno e agudização da crise econômica". Ao final, o Consenso conclamou senadores da República a retirar o projeto de pauta e iniciar ampla discussão para a reforma da legislação trabalhista. Caso não seja viável a rediscussão e reestruturação do projeto, o documento pede a rejeição integral proposta.

Ainda como resultado da audiência foi elaborada uma nota de solidariedade aos juizes Souto Maior, Valdete Severo e Hugo Melo, a ser encaminhada aos magistrados.



Audiência Pública, no auditório do TRT



Elaboração do Consenso de Belém

VALTERNAN VENCE CONCURSO DE ARTIGO CIENTÍFICO

Com o artigo "Primazia do Julgamento do Mérito e o Procedimento Sumaríssimo: Casos da Vedação da Emenda e da Citação por Edital" o juiz substituto Valternan Pinheiro Prates Filho foi o vencedor do concurso interno promovido pela EJUD8 para seleção de artigo científico e participou do III Fórum Nacional de Processo do Trabalho, em Gramado - RS (15 a 17 de junho).



Segundo ele, a vinculação do prêmio à participação em evento científico foi apontada como boa prática por magistrados de outros regionais. "A formula é perfeita, pois alia-se uma exigência de gasto do Regional com a preparação e aperfeiçoamento de seus magistrados e a construção de conhecimento".

O Juiz também expressou satisfação em estar reunido com estudiosos do Direito Processual do Trabalho que formularam propostas de enunciados, após debates e aprovação em plenária. "Em meu caso, apresentei e defendi com afinco duas propostas de enunciados", concluiu.

EJUD ESTUDA CRIAÇÃO DE GRUPO DE PESQUISA

No dia 9 de junho, a Escola Judicial, reuniu Direção e Conselho Consultivo, com a presença dos juizes convidados José Eduardo Resende Junior (TRT3) e Leonardo Wandelli (TRT9, por via remota), para debater a criação de grupo de pesquisa interinstitucional, com a participação de entidades de ensino e pós-graduação, a fim de viabilizar estudos e possíveis teses de mestrado que enfoquem a administração judiciária. A ideia é desenvolver reflexões sobre as políticas públicas para o Poder Judiciário e a avaliação da Justiça brasileira e do Conselho Nacional de Justiça, dentre outras temáticas.

Após debate, definiu-se a seguinte ementa: Poder Judiciário e implementação de políticas públicas. Políticas públicas do trabalho. Políticas públicas judiciárias e trabalho judicial. Meio ambiente do trabalho judiciário. Cooperação no Poder Judiciário. Controle jurisdicional de políticas públicas pela Justiça do Trabalho.



Conselho da EJUD8 estuda criação de Grupo de Pesquisa

Em breve, a Escola Judicial pretende proporcionar que os Magistrados da Região possam desenvolver pesquisas e, possivelmente, ter acesso a curso de pós-graduação com este enfoque.

COMISSÃO DE RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES REALIZA CONSULTA PARA ELABORAÇÃO DE AÇÕES

No dia 22 de junho, o Diretor da EJUD8 reuniu-se com magistrados, servidores e representantes sindicais para receber propostas para o Programa de Reconhecimento e Valorização de Magistrados e Servidores. Durante a reunião, na sala de aula da Escola Judicial, os demais integrantes da Comissão responsável pelo programa também tomaram conhecimento das sugestões encaminhadas via formulário eletrônico por diversas unidades administrativas e judiciárias de toda a 8ª Região.



Comissão recebe propostas de magistrados e servidores

"É importante ouvir os destinatários do programa, assim, a instituição poderá desenvolver projetos que efetivamente resultem na valorização de quem trabalha na 8ª Região" - Gabriel Velloso Filho, diretor da EJUD8

Segundo o Des. Gabriel Velloso Filho, presidente da Comissão,. As propostas de ação serão disponibilizadas para que o Tribunal possa desenvolvê-las, dentro do que for viável.

compõem a comissão (Port. Presi. Nº 556/2017):

Diretor da Escola Judicial (Presidente), Corregedor-Regional, diretor da SEGEPE, coordenador da CODEPE, coordenador da COGES e servidor efetivo do cargo de psicólogo.

EJUD REALIZA CURSO DE FORMAÇÃO DE CONCILIADORES

Dias 01 e 02 de junho, a EJUD8 realizou o Curso de Formação de Conciliadores, alinhada às orientações da última Correição Geral e Diretrizes da Escola Nacional da Magistratura.

Ao todo, 11 magistrados e 15 servidores participaram das 14h de capacitação, ministradas pela Des. Francisca Oliveira Formigosa (TRT8), Juíza Glenda Regine Machado (TRT2) e Ana Cláudia Torres Vianna (TRT15).

"O curso foi inspirador, porque contou com experiências ricas de profissionais muito dedicadas e que trouxeram novas técnicas de conciliação úteis para nossa atividade diária", concluiu a Juíza Érika Moreira Bechara.



Curso de Formação de Conciliadores, na sala de aula da EJUD

EJUD E CORREGEDORIA REÚNEM-SE PARA DEFINIR CALENDÁRIO CONSENSUAL DE ATIVIDADES

Dia 20 de junho, o diretor da Escola Judicial reuniu-se com o Corregedor Regional para definir um calendário de cursos de conciliação e PJe-Calc, ainda em 2017, a ser realizado nos Fóruns de fora da sede. A proposta foi bem aceita pelo Des. Walter Paro, que aproveitou a oportunidade para informar sua disposição em unir algumas correições aos eventos da escola. Assim, o regional economiza recursos e a iniciativa ainda vai ao encontro do perfil mais colaborativo e pedagógico que ele pretende dar às correições.

EXPRESSAS

EJUD APOIA EVENTO DO CNJ

Dias 19 e 20 de junho, a EJUD8 apoiou a realização do Workshop Região Norte - "Um debate sobre a Proteção Integral da Infância e da Juventude", idealizado e coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ, em atuação conjunta com o Fórum Nacional da Infância e da Juventude e em parceria com o UNICEF Brasil. Ao todo, 94 pessoas participaram do evento, realizado no auditório do TRT8.

EJUD INVESTE EM EAD

- CONCLUÍDO - Cerca de 100 pessoas concluíram no dia 28 de junho o curso autoinstrucional 'Aplicação do Novo CPC na Justiça do Trabalho - Módulo II - Decisões e sua Fundamentação (Turma 2)'. O Curso foi compartilhado pela Escola Judicial do TRT da 6ª Região com 10 horas/aula. O Módulo I, foi realizado entre os dias 08 e 28 de maio.
- NOVIDADE - A EJUD já se prepara para elaborar um novo curso em EAD sobre PJE - todo em videoaulas, seguindo as novas metodologias de educação a Distância.

Magistrados aprofundam conhecimentos em Ferramentas de busca patrimonial

As Ferramentas de Investigação Patrimonial foram o objeto de estudo dos 11 magistrados e 6 servidores que participaram do Curso realizado, dias 22 e 23 de junho, pelo juiz do trabalho Marcos Vinicius Barroso (TRT3) e servidor Gibram de Oliveira Polimeni (TRT15).

Segundo o juiz Marcos Barroso, os boletins do Justiça em Números do CNJ, mostram que a maior de taxa de congestionamento está na execução e, por isso, tais ferramentas, que são as mesmas utilizadas em investigações como a Operação Lava a Jato, facilitam muito o acesso à verdadeira realidade do executado.

"A opção da escola foi excelente, unindo teoria e prática. A exemplo de uma planilha com dados do SIMBA, usando vários filtros que facilitaram muito a pesquisa, sobretudo de documentos que podem ter mais de 5 mil páginas. Algumas ferramentas sequer eram conhecidas de alguns magistrados, como o caso do CCS", afirmou o Juiz Deodoro Tavares, coordenador do Núcleo de Pesquisa Patrimonial.

